

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 012/2017

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos da Resolução nº. 005/2007, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 18 de julho de 2017, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões - Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

01. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.32895/2015, APENSO Nº 003.0.191571/2015. ASSUNTO: RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES – CURSO DE DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E CRIMINAIS. INTERESSADA: PROCURADORA DE JUSTIÇA SHEILLA MARIA DA GRAÇA COITINHO DAS NEVES. RELATORA: CONSELHEIRA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA.

02. PROCEDIMENTO SIMP Nº. 003.0.13225/2017 – REMOÇÃO POR PERMUTA ENTRE O PROMOTOR DE JUSTIÇA ANTONIO FAUSTINO DE ALMEIDA, TITULAR DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL - 11º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA CAPITAL E O PROMOTOR DE JUSTIÇA WILSON HENRIQUE FIGUEIRÊDO DE ANDRADE, TITULAR DA 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ASSISTÊNCIA DA CAPITAL.

03. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.6436/2017. ASSUNTO: RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES EM CURSO NO EXTERIOR. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA SÁVIO HENRIQUE DAMASCENO MOREIRA. RELATOR: CONSELHEIRO PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA.

04. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

4.1. Recurso Administrativo nº 003.0.76129/2015, apenso Inquérito Civil nº 003.0.82605/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

4.2. Procedimento Ministerial nº 597.0.87786/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

4.3. Procedimento Ministerial nº 003.0.234228/2013, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Itabuna;

4.4. Procedimento Ministerial nº 003.0.185033/2014, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

4.5. Procedimento Ministerial nº 003.0.43970/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

4.6. Procedimento Ministerial nº 709.0.7485/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

- 4.7. Procedimento Ministerial nº 015.0.189746/2015, da Promotoria de Justiça de Araci;
- 4.8. Procedimento Ministerial nº 598.0.74154/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.9. Inquérito Civil nº 001.9.24802/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.10. Procedimento Ministerial nº 069.9.63894/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 4.11. Inquérito Civil nº 600.0.190199/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 4.12. Inquérito Civil nº 598.0.232584/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.13. Procedimento Ministerial nº 680.0.82245/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 4.14. Inquérito Civil nº 702.0.113380/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.15. Inquérito Civil nº 001.0.16913/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.16. Inquérito Civil nº 003.0.224461/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.17. Inquérito Civil nº 003.0.199019/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 4.18. Inquérito Civil nº 696.0.189951/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 4.19. Procedimento Ministerial nº 003.0.183828/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.20. Procedimento Ministerial nº 003.0.241740/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.21. Inquérito Civil nº 003.0.113190/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.22. Procedimento Ministerial nº 003.0.171264/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.23. Inquérito Civil nº 003.0.85672/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.24. Procedimento Ministerial nº 003.0.55471/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 4.25. Procedimento Ministerial nº 003.0.152507/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 4.26. Inquérito Civil nº 597.0.82154/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Salvador;
- 4.27. Procedimento Ministerial nº 720.9.23276/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 4.28. Procedimento Ministerial nº 647.0.88643/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 4.29. Procedimento Ministerial nº 003.0.165342/2010, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 4.30. Inquérito Civil nº 020.0.46429/2010, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;
- 4.31. Procedimento Ministerial nº 674.9.267573/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.32. Inquérito Civil nº 003.0.45445/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 4.33. Inquérito Civil nº 726.0.98925/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibotirama;
- 4.34. Procedimento Ministerial nº 705.0.74300/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 4.35. Inquérito Civil nº 003.0.220511/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

- 4.36. Procedimento Ministerial nº 591.0.208160/2016, da 5ª Promotoria de Lauro de Freitas;
- 4.37. Inquérito Civil nº 241.0.187897/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 4.38. Procedimento Ministerial nº 592.9.25412/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 4.39. Inquérito Civil nº 001.0.31788/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.40. Inquérito Civil nº 003.0.149159/2008, da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Teixeira de Freitas;
- 4.41. Inquérito Civil nº 167.0.102514/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 4.42. Inquérito Civil nº 003.0.42248/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 4.43. Procedimento Ministerial nº 003.0.38251/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 4.44. Procedimento Ministerial nº 598.0.39988/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.45. Inquérito Civil nº 676.1.93259/2006, da 3ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 4.46. Procedimento Ministerial nº 003.9.74120/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.47. Procedimento Ministerial nº 608.0.140235/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 4.48. Procedimento Ministerial nº 598.0.66708/2016, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.49. Procedimento Ministerial nº 598.0.200068/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 4.50. Inquérito Civil nº 708.0.6222/2009, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 4.51. Inquérito Civil nº 001.0.75550/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Ilhéus;
- 4.52. Inquérito Civil nº 712.0.149985/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 4.53. Inquérito Civil nº 705.0.161729/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 4.54. Procedimento Ministerial nº 043.0.178631/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;
- 4.55. Inquérito Civil nº 592.0.51704/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 4.56. Inquérito Civil nº 597.0.65705/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 4.57. Inquérito Civil nº 003.0.66947/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 4.58. Procedimento Ministerial nº 720.0.248593/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 4.59. Procedimento Ministerial nº 003.0.223116/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.60. Inquérito Civil nº 681.0.178584/2010, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 4.61. Procedimento Ministerial nº 003.0.68076/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.62. Procedimento Ministerial nº 003.0.73964/2012, da Promotoria de Justiça de Prado;
- 4.63. Procedimento Ministerial nº 003.0.208875/2014, do Grupo de Atuação Especial

- de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.64. Inquérito Civil nº 003.0.249921/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.65. Inquérito Civil nº 608.0.247631/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 4.66. Procedimento Ministerial nº 656.0.8635/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 4.67. Inquérito Civil nº 592.0.135919/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 4.68. Procedimento Ministerial nº 003.0.144195/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.69. Inquérito Civil nº 003.0.218858/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 4.70. Procedimento Ministerial nº 003.0.118925/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.71. Inquérito Civil nº 702.0.200645/2014, da 16ª Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 4.72. Procedimento Ministerial nº 212.0.154624/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
- 4.73. Inquérito Civil nº 003.0.212071/2011, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.74. Inquérito Civil nº 708.0.242535/2013, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 4.75. Inquérito Civil nº 702.0.200556/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 4.76. Inquérito Civil nº 003.0.81395/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.77. Procedimento Ministerial nº 003.0.216306/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.78. Procedimento Ministerial nº 057.0.146437/2014, da Promotoria de Capela do Alto Alegre;
- 4.79. Procedimento Ministerial nº 003.0.135075/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.80. Inquérito Civil nº 591.0.239786/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 4.81. Procedimento Ministerial nº 726.0.146104/2015, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Guanambi;
- 4.82. Inquérito Civil nº 598.0.136507/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.83. Procedimento Ministerial nº 708.0.60889/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 4.84. Inquérito Civil nº 167.0.146359/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com Sede em Mata de São João;
- 4.85. Procedimento Ministerial nº 655.0.104116/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 4.86. Inquérito Civil nº 003.0.95102/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.87. Inquérito Civil nº 591.0.147137/2010, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 4.88. Procedimento Ministerial nº 003.0.9006/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.89. Inquérito Civil nº 003.0.213355/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.90. Procedimento Ministerial nº 003.9.810/2017, do Grupo de Atuação Especial de

Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
4.91. Inquérito Civil nº 003.0.46572/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
4.92. Inquérito Civil nº 003.0.127810/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
4.93. Procedimento Ministerial nº 003.0.100306/2015, da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
4.94. Procedimento Ministerial nº 057.0.34809/2014, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
4.95. Inquérito Civil nº 003.0.135862/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
4.96. Procedimento Ministerial nº 003.0.16759/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
4.97. Inquérito Civil nº 003.0.85140/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
4.98. Inquérito Civil nº 592.9.18315/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
4.99. Inquérito Civil nº 371.0.229944/2016, da Promotoria de Justiça de Itacaré;
4.100. Procedimento Ministerial nº 593.0.220913/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras.
4.101. Inquérito Civil nº 003.0.52879/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

4.102. Inquérito Civil nº 003.0.72485 /2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
4.103. Procedimento Ministerial nº 202.0.259366/2016, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira;
4.104. Inquérito Civil nº 003.0.66149/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
4.105. Inquérito Civil nº 591.0.31058/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
4.106. Procedimento Ministerial nº 003.0.90719/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
4.107. Inquérito Civil nº 003.0.7754/2012, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
4.108. Inquérito Civil nº 674.0.159267/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
4.109. Inquérito Civil nº 003.9.43085/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
4.110. Procedimento Ministerial nº 003.0.217854/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
4.111. Procedimento Ministerial nº 720.0.6676/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
4.112. Procedimento Ministerial nº 705.0.66637/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
4.113. Procedimento Ministerial nº 699.0.219519/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 4.114. Inquérito Civil nº 674.0.210177/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.115. Procedimento Ministerial nº 268.9.30639/2017, da Promotoria de Justiça de Santa Terezinha;
- 4.116. Inquérito Civil nº 003.0.131737/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.117. Inquérito Civil nº 003.0.193756/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.118. Procedimento Ministerial nº 521.0.138826/2011, da Promotoria de Justiça de Nova Fátima;
- 4.119. Inquérito Civil nº 003.0.66814/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.120. Inquérito Civil nº 003.0.66125/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.121. Procedimento Ministerial nº 674.0.208811/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.122. Inquérito Civil nº 596.9.112917/2017, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 4.123. Inquérito Civil nº 933.0.188797/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 4.124. Procedimento Ministerial nº 705.0.127248/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 4.125. Inquérito Civil nº 699.0.64352/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 4.126. Inquérito Civil nº 608.0.102083/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 4.127. Inquérito Civil nº 242.0.86787/2008, da Promotoria de Justiça de Retiroândia;
- 4.128. Inquérito Civil nº 003.9.67509/2017, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.129. Inquérito Civil nº 003.0.41601/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.130. Inquérito Civil nº 003.0.44416/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.131. Inquérito Civil nº 592.9.18307/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 4.132. Procedimento Ministerial nº 003.0.128162/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 4.133. Inquérito Civil nº 001.0.124819/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.134. Inquérito Civil nº 003.0.46438/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA

- 4.135. Inquérito Civil nº 598.0.33670/2012, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.136. Procedimento Ministerial nº 003.1.33295/2004, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.137. Inquérito Civil nº 003.0.103596/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Teixeira de Freitas;
- 4.138. Procedimento Ministerial nº 003.0.175908/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.139. Procedimento Ministerial nº 003.0.240709/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.140. Inquérito Civil nº 003.0.27831/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

- 4.141. Procedimento Ministerial nº 003.1.16259/2005, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 4.142. Procedimento Ministerial nº 003.0.26453/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.143. Inquérito Civil nº 069.0.9214/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 4.144. Procedimento Ministerial nº 676.0.148137/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 4.145. Procedimento Ministerial nº 709.0.209511/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 4.146. Inquérito Civil nº 674.0.74782/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.147. Inquérito Civil nº 699.0.238661/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 4.148. Inquérito Civil nº 598.0.89961/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.149. Inquérito Civil nº 003.0.66806/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.150. Inquérito Civil nº 003.0.66939/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.151. Procedimento Ministerial nº 003.92612/2017, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.152. Procedimento Ministerial nº 112.0.254099/2010, da Promotoria de Justiça de Ituaçu;
- 4.153. Procedimento Ministerial nº 003.9.42747/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 4.154. Procedimento Ministerial nº 003.0.193126/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 4.155. Procedimento Ministerial nº 003.0.86989/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 4.156. Procedimento Ministerial nº 003.0.189256/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:

- 4.157. Inquérito Civil nº 242.0.66375/2009, da Promotoria de Justiça de Retirolândia;
- 4.158. Inquérito Civil nº 674.0.131836/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.159. Procedimento Ministerial nº 598.0.16405/2015, 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.160. Inquérito Civil nº 598.0.53075/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

- 4.161. Inquérito Civil nº 674.0.48992/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.162. Inquérito Civil nº 600.0.179435/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 4.163. Inquérito Civil nº 692.0.40176/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 4.164. Inquérito Civil nº 692.0.71176/2012, da Promotoria de Justiça de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 4.165. Procedimento Ministerial nº 003.0.119290/2013, da 5ª Promotoria de Justiça

de Infância e Juventude;

4.166. Procedimento Ministerial nº 699.1.20481/2005, da 3ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

4.167. Inquérito Civil nº 674.9.7563/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

4.168. Inquérito Civil nº 003.0.212429/2011, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

4.169. Inquérito Civil nº 596.0.155576/2013, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana.

05. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 10 de julho de 2017.

EDIENE SANTOS LOUSADO

Procuradora-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público